

Isenção de IPTU para quem adequar fachada

REVITALIZAÇÃO Moradores e comerciantes da região considerada pioneira de Goiânia terão 12 meses para ter direito a benefício que pode ir de um a dois IPTUs dependendo da adesão

Márcio Leijoto
marcio.leijoto@opopular.com.br

Após um ano de tramitação na Câmara Municipal, foi aprovado o projeto de lei que padroniza todos os equipamentos publicitários em imóveis, principalmente nas fachadas, além de fechamentos de lotes e estruturas em áreas e logradouros públicos localizados no Centro de Goiânia, no Setor Campinas e em todo traçado tombado como patrimônio histórico da capital. O objetivo da prefeitura é enfrentar o problema da poluição visual e estimular a revitalização destes espaços.

O destaque da lei é a previsão de isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para comerciantes e moradores que aceitarem se adequar a lei nos primeiros 12 meses que ela começar a valer, conforme notícia do na coluna Giro, do POPULAR, nesta sexta-feira.

O prefeito Iris Rezende (MDB) deve sancionar a lei em janeiro, após o recesso de fim de ano, mas ainda não há uma data confirmada para a assinatura. Ele deve fazer um lançamento oficial do programa que vai permitir a adesão dos proprietários de residências, estabelecimentos comerciais e lotes.

“Queremos fazer uma ampla divulgação para que haja uma adesão boa da população. É uma chance de fazer com que o Centro possa se tornar um ponto de passeio e encontro”, comentou o titular da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Habitação (Seplanh), Henrique Alves. Ele diz que o Paço estuda a elaboração de uma cartilha com todos os detalhes da lei aprovada. “É um incentivo muito grande para comerciantes e moradores.”

A proposta – chamada de Programa de Ordenação dos Engenheiros Publicitários nos Núcleos Urbanos Pioneiros de Goiânia – estipula dois tipos de benefícios para quem aderir a ele.

Quem fizer as adequações exigidas na lei nos 12 meses seguintes à publicação dela no Diário Oficial do Município (DOM) terá direito a isenção do IPTU no ano seguinte à comprovação do ato. Já quem fizer também reforma e pintura da fachada dos imóveis e estabelecimentos terá direito a isenção por dois anos consecutivos.

As adequações variam conforme o tamanho do lote e do imóvel e uma série de outras características, tudo detalhado no



Excesso de fachadas nas lojas da Avenida Anhanguera, no Centro de Goiânia: poluição visual na região

André Costa

Projeto elogiado e criticado

Representantes do setor empresarial que atuam na região central de Goiânia elogiam e ao mesmo tempo criticam o projeto de lei aprovado na Câmara. Para eles, a medida é necessária e tanto o Centro como o Setor Campinas precisam de iniciativas para revitalizá-los, além de reconhecerem que a poluição visual é um problema sério. Entretanto, defendem que a Prefeitura poderia ter dado um benefício mais atraente para os empresários e moradores se envolverem com o projeto. “A proposta é bacana, é louvável, mas poderia ser mais arrojada. É como tentar curar uma pneumonia com uma aspirina”, disse o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico, Sustentável e Estratégico de Goiânia (Codese), Carlos Alberto Moura. Ele argumenta que o custo para fazer a adequação e as reformas necessárias é muito maior do que a isenção de um ou dois IPTUs e defende que o executivo seja mais ousado na proposta. “O povo tá doído de vontade de ir para lá (para o centro). A Prefeitura precisa pensar em abrir mão de uma receita por algo melhor para aquela região.”

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista no Estado de Goiás (Sindilojas), Eduardo Gomes, segue o mesmo raciocínio: elogia o projeto, mas diz que a Prefeitura precisa disponibilizar mais benefícios para os empresários da região. “O empresário sabe que uma revitalização é importante, mas tem de ver quais serão os custos. Precisa de prazo maior.”

“Queremos fazer uma ampla divulgação para que haja uma adesão boa da população. É um incentivo muito grande para comerciantes e moradores”

Henrique Alves,
titular da Seplanh

projeto de lei. O principal é que o tamanho das publicidades obedeça a dimensão das fachadas. Antes de entregar o projeto, a Prefeitura cogitou tamanhos fixos de equipamentos publicitários, mas mudou de ideia após conversa com comerciantes.

Após o período de 12 meses para adesão dos interessados, o executivo vai passar a fiscalizar e quem não tiver se adequado à lei poderá pagar uma multa que varia de R\$ 500 a R\$ 2 mil, dependendo se o infrator for reincidente ou atrapalhar o trabalho do fiscal.

A expectativa da Prefeitura é que, como para aderir o proprietário do imóvel precisa já fazer a adequação, até o final do próximo ano, o Centro e Campinas já

“A proposta é bacana, é louvável, mas poderia ser mais arrojada. É como tentar curar uma pneumonia com uma aspirina”

Carlos Alberto Moura,
presidente do Codese

tenham um visual diferente. O setor empresarial admite o problema da poluição visual, apesar de ter críticas em relação ao que chamam de “timidez” na proposta de isenção (*veja reportagem nesta página*).

O uso de publicidade nas fachadas e espaços urbanos sempre foi visto como excessivo e sem controle por parte de urbanistas. Em novembro do ano passado, quando o projeto foi entregue na Câmara, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Goiás (CAU-GO) havia se posicionado a favor da proposta.

TRAMITAÇÃO LENTA

A Prefeitura comemora o fato de o projeto ter sido aprovado sem emendas. Apenas duas chegaram a ser apresentadas na Câmara, uma delas aumentando as regiões de Goiânia atendidas

pelo programa. A outra não tinha a ver com o assunto e tratava de questões envolvendo servidores municipais. Entretanto ambas foram rejeitadas.

A aprovação do projeto ocorre 10 anos após a apresentação de uma proposta similar apresentada pelo então vereador e hoje deputado federal Elias Vaz (PSB). Desde então, a ideia de limpar as fachadas do Centro e do Setor Campinas seguiu uma pequena epepeia.

Em 2015, o então prefeito Paulo Garcia (PT) entregou um projeto à Câmara bastante similar ao de Elias e no ano seguinte ambos juntaram numa só suas propostas. Em 2017, Iris sucedeu Paulo e pegou de volta todos os projetos encaminhados por ele na Câmara alegando a necessidade de fazer uma revisão. Neste tempo, a Seplanh organizou uma série de diálogos com empresários instalados nas áreas consideradas históricas da capital e em novembro do ano passado apresentou um novo projeto de lei, o quarto.

Ao chegar na Câmara, a proposta ficou meses sendo discutida na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) até ser votado pela primeira vez no plenário em agosto deste ano. Depois, foram mais quatro meses na Comissão de Habitação e Urbanismo, até ser aprovado em segunda e definitiva votação no plenário no dia 17 de dezembro, dois dias antes do início do recesso da Câmara de Goiânia.

“O empresário sabe que uma revitalização é importante, mas tem de ver quais serão os custos. Precisa de um prazo maior”

Eduardo Gomes,
presidente do Sindilojas